



Ata da Reunião Ordinária da Comissão da Mulher Advogada da OAB SP

Aos 23 dias do mês de junho de 2020, terça feira, às 17h00, realiza-se reunião ordinária da Comissão da Mulher Advogada, via plataforma digital Google Meet. A Presidente Dra. Claudia Luna direciona e conduz a reunião e a Dra. Beatriz de Almeida, OAB/SP nº 381.173 será responsável por secretariar os trabalhos.

Abertos os trabalhos, a reunião teve como pauta os seguintes itens:

Participaram da reunião os seguintes Membros:

- 1- Beatriz de Almeida
- 2- Aline Fernanda Escarelli
- 3- Ana Silvia Dias Haynes
- 4- Bianca J.
- 5- Carla Arnoni
- 6- Christiane Oliveira
- 7- Claudia Luna
- 8- Diana Lima
- 9- Alcione
- 10- Rosangela Devechi
- 11- Elida Souza
- 12- Ellem Todão
- 13- Eloisa Lima Pereira
- 14- Isabel B. Carabolar Beli
- 15- Juliana Rosestolato Ferrari
- 16- Karen Alves da Silva
- 17- Raphaela Reis
- 18- Leticia Paschoal Simão
- 19- Lila Sadi



- 20- Luciana Santana
- 21- Mari Bolina
- 22- Patricia Bragagnollo
- 23- Paula Oliveira Pereira
- 24- Amarílis Costa
- 25- Raquel Pinheiro
- 26- Raquel Romão Reis
- 27- Regi Godoy
- 28- Renata de Vito Lopes
- 29- Ruth Camacho
- 30- Veronica Cavalcante
- 31- Aline Favero
- 32- Amanda Mesquita
- 33- Luzia Cantal
- 34- Ana Carolina
- 35- Lilian Moreno
- 36 - Natalia Campos

A reunião teve como pauta os seguintes itens:

- a) Informes gerais sobre a Comissão Mulher Advogada da OAB-SP.
- b) Campanhas de combate de violência à mulher.
- c) Campanha do CNJ e observações.
- d) Paridade de gênero e de raça nas atividades da OAB.
- e) Questões acerca das repressões à discussão de racismo no grupo da CMA.
- f) Grupos de Trabalho.
- g) Observatório das Candidaturas Femininas.

I.No que tange o item “A”, a Presidente Dr. Claudia Luna frisou o compromisso humanitário da CMA, bem como o seu posicionamento apartidário e o

compromisso com as ações, projetos e eventos que tenham como objetivo a promoção da equidade de gênero.

II.No que tange o itens “D” e “E”, a Presidente Dr. Claudia Luna rememorou o recente episódio de repressão à discussão de racismo ocorrido no grupo da CMA, pontuando: o histórico racista na constituição do Brasil; também explicou acerca da contribuição dos povos africanos na construção civilizatória; contextualizou os marcos legais brasileiros que até hoje estruturam a sociedade e permeiam o racismo. A Dra Ana Silvia pontuou acerca da necessidade de lembrarmos que independente do gênero e raça, a mulher sofre a discriminação por ser mulher. A Dra Lilian Moreno parabenizou a iniciativa e disse que o debate é necessário e que muitas vezes, por não ser atingida e por habitar espaços que não promovem o debate observa o silenciamento do debate que não pode ser silenciado. A Dra. Natalia Campos, apontou que há a necessidade de usar o privilégio de todas as não negras para usarem o seu privilégio e lugar de fala para discutirem e se auto questionarem acerca das disparidades a sua volta e promover este debate e reconstrução social. A Dra. Ruth Camacho pontuou acerca da necessidade de lembrarmos os obstrução de direitos dos imigrantes e refugiados. Dra. Ana Carolina parabenizou as falas e propôs a pluridisciplinaridade do debate e levando o tema à Comissão de Direito do Terceiro Setor.

III. No que tange aos itens “F” a Dra. Claudia Luna apresentou as coordenadorias de trabalho, bem como as suas respectivas coordenadorias compostas pelas presidentes, vices e integrantes. As coordenadoras que estavam presentes puderam apresentar suas propostas e convidar as participantes para participarem dos grupos de estudos.

IV.No que tange ao item “G” a presidente apresentou, para as presentes que desconheciam o projeto, e informou ser uma parceria com a Comissão de Direito Eleitoral. Além disso, solicitou a todas as presentes para que identifiquem advogadas candidatas e mulheres candidatas para que as tragam à Comissão da Mulher Advogada de São Paulo a fim de que possam participar de atividades que foram planejadas.

V.No que tange aos itens “B” e “C” a presidente explicou as características da campanha promovida pelo CNJ, denominada “Sinal Vermelho”, e pontuou: 1. Houve capacitação do profissionais para tratamento e acolhimento da vítima? 2. Os profissionais têm conhecimento da campanha? 3. As redes de atendimento foram capacitadas? 4. Nas cidades menores, como ficará a questão do sigilo e proteção da vítima? A Dra Beatriz ponderou sobre a necessidade de analisarmos o Código de Ética dos profissionais que atuam na área de farmácia e também acerca da segurança daqueles que acolherem e socorrem as vítimas.

VI.No que tange aos itens “B” e “C” a presidente rememorou a sugestão da Dra. Raquel Preto para que organizássemos grupo de trabalho para que abordemos as comissões e subseções no que tange à paridade de gênero. Devido aos recentes desdobramentos a Dra. Claudia Luna propôs que a abordagem acerca da paridade incluía também a reivindicação de paridade de raça.

VII.A Dra Raphaela pediu a palavra para solicitar que as participantes se coloquem, enquanto antirracistas, como figuras em constante construção, analisando como cada uma pode contribuir para a luta antirracista, bem como a necessidade de



pautarem a questão da raça nos grupos de estudos. Solicitou que não sejam compartilhados PDF e arquivos não autorizados da coleção “Feminismos Plurais”.

VIII.A Dra. Rosangela Devechi informou que está na presidência da coordenadoria de direito eleitoral e, também, é pré candidata, por isso questionou se há algum impedimento em manter as duas atividades.

IX.A Dra. Luzia Cantal informou que na próxima quinta feira haverá uma reunião chamada pela ouvidoria com o fim de debater, rever e propor melhorias nas abordagens policiais, em virtude os repetidos casos de violência que estão sendo veiculados e questionou se a Comissão da Mulher Advogada de São Paulo havia sido comunicada. A Dra. Claudia Luna questionou se a Comissão de Igualdade Racial de São Paulo foi convidada. A Dra. Luzia disse não ter certeza, mas informou que falaria com a Dra. Maria Sylvia e explicou que até o momento mais de 50 entidades representantes da sociedade civil participarão, mas não sabe dizer exatamente quais. Por fim, se propôs a compartilhar com a Comissão da Mulher Advogada de São Paulo os deslindes da reunião que ocorrerá na ouvidoria.

X.A Dra Amanda Mesquita expôs a atual situação atual de sua subseção devido a saída da Dra Ruth e pediu para que o assunto seja tratado também na seccional.

XI.A Dra. Aline Favero pediu a palavra e convidou todas as participantes para o evento que ocorrerá na quinta feira às 10h que tem a finalidade apresentar o benefício da CAASP voltado à mulher advogada, bem como informar acerca da adesão das farmácias da CAASP na campanha do CNJ “Sinal Vermelho”.

XII.A Dra. Letícia Paschoal frisou a lembrança da importância dos membros regionais e que estão no interior.

Após exaustão dos tópicos de debate, a Dra Claudia Luna agradeceu a participação e contribuição de todas as participantes e a reunião foi encerrada às 20h03min.

São Paulo, 23 de junho de 2020.

Dra. Claudia Luna

Presidente da Comissão da Mulher Advogada

Dra. Beatriz de Almeida.

Membro da Comissão da Mulher Advogada